

Metrópole



Tecnologia
Aluno brasileiro já monitora e até faz satélite. Pág. A23

Degradação. Segundo ambientalistas, faltam condições mínimas de infraestrutura para o funcionamento das unidades de conservação do Estado; problema contrasta com recursos da Secretaria do Meio Ambiente disponíveis para esses locais, que estão parados

Mesmo com R\$ 144 mi em caixa, áreas de proteção de SP estão abandonadas

Herton Escobar
Giovana Girardi
Bruno Deiro

Quem chega ao Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no extremo sul do litoral paulista, esperando se encantar com a natureza, pode se chocar com o grau de degradação que vem atingindo o local nos últimos anos. No núcleo Perequê, principal ponto turístico do parque, a aparência é de uma cidade fantasma.

Alojamentos com o telhado caído, placas solares enferrujadas, passarelas parcialmente interditadas por risco de desmoronamento e um museu vazio são o que resta de uma obra de R\$ 8 milhões que nunca foi nem sequer aceita pelo poder público. Há pilhas de entulho jogadas ao lado de uma trilha, e as duas embarcações do parque que poderiam fazer a remoção do lixo estão quebradas – uma delas, afundada pela metade.

Os problemas observados pelo Estado são talvez o mais grave exemplo de uma situação de penúria denunciada por pesquisadores e ambientalistas, de dentro e de fora do governo, na grande parte das unidades de conservação (UCs) de São Paulo. São relatos de falta de condições mínimas de infraestrutura e recursos humanos para funcionar adequadamente.

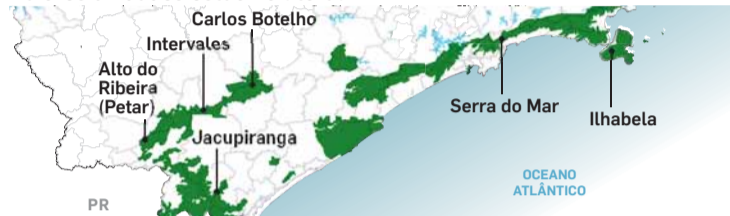
O cenário contrasta com um robusto saldo de recursos de compensação ambiental – pelo menos R\$ 144 milhões – que estão disponíveis em caixa para serem investidos nas UCs, mas não estão sendo usados. O dado foi obtido via Lei de Acesso à Informação. Somado a isso, o orçamento atual da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), de

REDUTOS NATURAIS

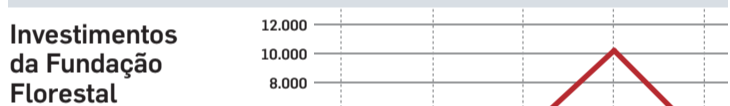
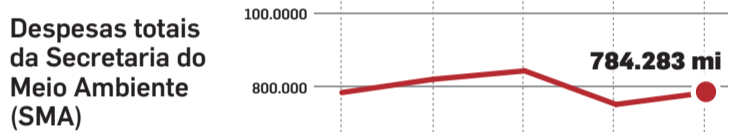
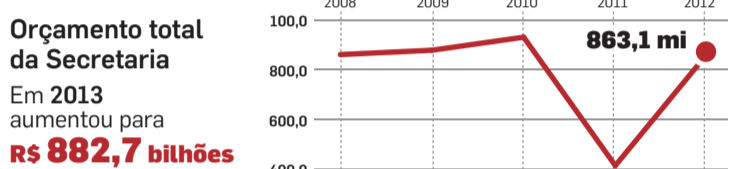
● A Fundação Florestal cuida de 95 unidades de conservação, somando 45 mil km²

Parques Estaduais

Maiores unidades estão no litoral



EM REAIS*



*Corrigido pelo IPCA

FONTE: DADOS OFICIAIS DO GOVERNO DO ESTADO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

R\$ 882 milhões, é o segundo maior dos últimos cinco anos.

Abandono. Uma das imagens mais simbólicas do que acontece na Ilha do Cardoso e em outras UCs é a de uma pousada

que teve parte da marquise destruída por um vendaval em outubro. Uma vistoria técnica constatou que a laje apresentava sinais de corrosão. Outras oito casas que serviriam para hospedar visitantes também estão



Deterioração. Parte de alojamento na Ilha do Cardoso desmoronou após vendaval

● **IMPACTO**
“A ilha parece abandonada. Ninguém quer mais ir para lá. Os vestígios da ação de caçadores e palmeiros estão por toda parte.”

Luana Hortenci

BIÓLOGA DA UNESP. QUE TEVE EQUIPAMENTO FURTADO EM 2011

“Tentamos reclamar formalmente, mas disseram que não tem o que fazer.”

Gustavo Romero

PESQUISADO DA UNICAMP

fechadas. Não é à toa que poucos estudantes e pesquisadores se aventuram hoje por lá.

“Não é um hotel cinco-estrelas, mas dá para receber bem as pessoas, sim. Estive lá no início do ano”, disse o secretário esta-

dual do Meio Ambiente, Bruno Covas, ao Estado.

Informado pela reportagem de que as estruturas estavam abandonadas, porém, demonstrou surpresa e cobrou explicações do diretor da Fundação Florestal, Olavo Reino Francisco, sentado ao seu lado. Francisco afirmou que “a fundação ainda não recebeu a obra” e que a empresa responsável, a Lacon Engenharia, contratada em 2009, já foi autuada por irregularidades. “Tem uma série de problemas ali”, disse o diretor.

Apesar dos danos na Ilha do Cardoso, a mesma empresa foi contratada pela secretaria em 2012, via edital, para construir uma pousada no Parque Estadual Intervales, por R\$ 3,5 milhões. E, novamente, houve problemas. Segundo o diretor da FF, o projeto está “num limbo”.

“A secretaria não recebe nem paga. Você contrata a empresa, dá o projeto, e ela não executa, mas no fim quer entregar e cobrar. É uma pena.”

Apesar do aumento no volume de recursos disponíveis neste ano para a secretaria como um todo, os investimentos da FF caíram. Segundo Covas, por causa do término de convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – entre eles o Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica, de US\$ 9 milhões, que pagou pelas obras na Ilha do Cardoso e Intervales.



MAIS NA WEB

Online. Mais fotos da Serra do Mar e da Ilha do Cardoso em estadao.com.br/planeta

Menos da metade do recurso da compensação foi usada até agora

Há verbas depositadas, mas sem utilização, desde 2005; valor disponível pode crescer com análise de contas

Enquanto as unidades de conservação acumulam relatos de abandono, sobram em caixa recursos captados justamente para elas. São pelo menos R\$ 144 milhões da compensação ambiental – valor que os mais diversos empreendimentos, como usina, indústria, abertura de rodovia, mineração, etc, têm de pagar pelos danos ao ambiente causados por sua construção.

Desde 2002, o Estado somou R\$ 268 milhões em recursos de compensação depositados para a realização, por exemplo, de plano de manejo e de regularização fundiária das unidades. Menos da metade foi executada ou está em execução.

Uma planilha de acompanhamento desses recursos a que a reportagem teve acesso mostra que há verbas depositadas, mas sem movimentação, desde 2005. Quando houve uso, há casos em que o plano de trabalho foi concluído, mas houve sobra de dinheiro. Em outras situações, não havia informação sobre o status da verba. Os dois casos podem elevar a quantia parada – o cálculo, porém, não foi finalizado pelo governo.

Até 2011, o recurso era depositado em contas no nome do próprio empreendedor. Após a assis-



Recém-construído. Quiosque tem problema estrutural

natura de um termo de compromisso de compensação ambiental (TCCA), a Câmara de Compensação Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente (SMA), indicava onde e como ele deveria ser usado. Cabia ao empreendedor o contrato e o pagamento do serviço.

Segundo fontes da Fundação Florestal ouvidas pelo Estado, que pediram anonimato, até o final do ano passado nunca havia sido feito um levantamento de quanto havia nessas contas ou de valores utilizados.

Uma análise dos recursos de empresas privadas que estavam parados mostrou que, em alguns casos, apesar do depósito, não havia sido estabelecido um plano de trabalho para o dinheiro. Na maioria deles, o plano já estava definido, mas nem assim foi executado. Nada, aparente-

mente, impedia seu uso.

No caso das empresas públicas, o recurso só pode ser aplicado mediante licitação. Ainda assim, há situações em que já se passaram mais de seis anos desde a assinatura do TCCA.

A planilha mostra que para várias unidades foi destinada verba para a realização do plano de manejo, mas ela nunca saiu do banco. Houve vários depósitos também para a etapa posterior, e até mais importante, desse processo: a implementação do plano. É a situação do Parque Estadual Carlos Botelho, que tinha R\$ 450 mil para esse fim; e do Parque Estadual da Serra do Mar, para o qual foram destinados mais de R\$ 11 milhões (valor que previa também ações de regularização fundiária). Nos dois casos, o dinheiro segue sem movimentação. /G.C.

Para Bruno Covas, novo fundo é solução

O secretário Bruno Covas afirmou que a saída para dar destino aos recursos da compensação ambiental foi criar, no final de 2011, o Fundo Especial de Despesas para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. O dinheiro da compensação começou a ser depositado nele e iniciou-se um estudo das quantias paradas nas contas dos empreendedores para transferi-las para o fundo.

A ideia, explica Covas, é evitar um problema comum das contas do empreendedor. O dinheiro acabava entrando a “conta-gotas” e não dava para fazer nada de modo completo. “O que se faz com R\$ 3 milhões na Jureia, que tem 100 mil hectares?”, questionou, quando perguntado sobre esse valor específico que não foi usado para a regularização fundiária. Segundo ele, não é suficiente para resolver o problema inteiro e não dá para fazer pela metade.

Covas deu a mesma justificativa para a elaboração dos planos de manejo. Das 117 unidades de conservação sob administração da secretaria, só 31 têm plano de manejo; 59, de acordo com Covas, têm recurso que viabiliza sua realização e 27 nem dinheiro têm. “A ideia do fundo é juntar o recurso para atender às principais finalidades dele.” Covas não definiu, porém, quanto o bolo tem de crescer antes de começar a ser dividido. Até meados de julho, ele já somava R\$ 57 milhões, mas ainda não tinha sido usado. /G.C.

O que você tem preparado para o seu futuro?

Comece pela carreira pública e garanta estabilidade!

Analista da Receita Federal

Remuneração **R\$ 8.768 mensais**

750 vagas confirmadas
Nível Superior

Analista do Tribunal Regional do Trabalho

Remuneração **R\$ 7.506 mensais**

81 vagas autorizadas
Nível Superior

SAIU O EDITAL

Banco Central - Técnico e Analista

Remuneração até R\$ 13.968

500 vagas - Nível médio e superior

Inscrições abertas!

Analista do INSS

Remuneração R\$ 7.147

300 vagas - Nível superior

Matrículas abertas! Turmas 100% presenciais.

Apostilas autoexplicativas à venda.

Curta /CConcursos

Siga-nos @c_concursos

Acompanhe centraldeconcursos

SANTO AMARO • Tel: 5189-8800

REPÚBLICA Tel: 3017-8800	SANTO ANDRÉ Tel: 4437-8800	ARTUR ALVIM Tel: 2045-8800
OSASCO Tel: 2284-8800	TABOÃO DA SERRA Tel: 4788-6600	GUARULHOS Tel.: 2447-8800

www.centraldeconcursos.com.br

Parques ficam vulneráveis com perda de vigilantes

Falta de guardas para patrulhar trilhas e combater palmiteiros e caçadores é um dos principais problemas, segundo funcionários

A falta de vigilância é apontada por muitos gestores como um dos principais problemas das unidades de conservação do Estado. A Fundação Florestal (FF) tem 93 guarda-parques para cuidar de 45 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas – média de 1 guarda para cada 484 km². Para reforçar esse expediente, desde 2005, a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) passou a contratar vigilantes terceirizados, que se tornaram os principais responsáveis por patrulhar as trilhas e combater a ação de palmiteiros, caçadores e outros criminosos no interior das unidades.

Nos últimos dois anos, porém, o número de vigilantes foi bastante reduzido, segundo funcionários ouvidos pela reportagem. No núcleo São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar, por exemplo, o número caiu de 12 para 3 neste ano.

A falta de vigilância fica evidente também no núcleo vizinho, Caraguatubá, que é atravessado por duas estradas de terra (Rio Pardo e Limeira), que dão acesso a uma estação de bombeamento e vários oleodutos da Petrobrás. Somadas, elas têm 70 km. Apesar disso, não há nenhuma guarita ou posto de fiscalização ao longo do trajeto; qualquer pessoa pode entrar e sair facilmente sem ser incomodada – como fez a reportagem do **Estado** no início deste mês.

Em janeiro de 2011, a SMA assinou um convênio de R\$ 25,8 milhões com a Petrobrás, com o objetivo específico de criar infraestrutura de segurança para essas estradas. Foi o primeiro ato de Bruno Covas como secretário. O acordo era de que a Petrobrás entraria com o dinheiro e a FF, com a execução.

Infraestrutura. Segundo nota divulgada pela secretaria na época, o projeto previa a “implantação e operação da estrada-parque Rio Pardo e Limeira, com a instalação de duas bases de proteção, dois portais com guarita lateral, uma base de apoio ao uso público e pesquisa, um alojamento, um refeitório, sinalização e pequenas obras de apoio ao uso público”. Passados dois anos e meio, quase nada foi feito.

“Esse projeto foi aplicado, mas depois pedi para interromper, porque ele tomava conta apenas dos dutos e não do parque”, justificou o diretor da FF, Olavo Reino Francisco. Uma nova versão, “totalmente alterada”, segundo ele, deverá ficar pronta em 20 dias. “A Petrobrás vai tomar conhecimento e vamos mudar.”

As mudanças, segundo Fran-

cisco, encaixam-se num novo modelo de monitoramento e fiscalização, apoiado em imagens de satélite e ações da Polícia Militar Ambiental.

“É outra estrutura, outra visão”, diz o diretor, que é delegado de polícia. “O gestor talvez sintia falta (*dos vigilantes*), mas isso não significa que há aumento da criminalidade. Pelo contrário, houve uma redução muito grande.”

A secretaria não informou o número de vigilantes, solicitado pela reportagem – apenas o número de postos (infraestrutura física) de vigilância, que foi reduzido de 250 para 199.

“Os gestores entendem que diminuiu, nós não”, disse Francisco. Segundo ele, a empresa Capital, que era responsável pela vigilância, pediu concordata em 2012. Novos contratos, então, foram firmados com as em-



Sem vigia. Estrada do Rio Pardo, no núcleo São Sebastião do Parque da Serra do Mar

presas Alhagama e Atlântico Sul, no valor de R\$ 14,1 milhões.

“Apesar da redução dos postos, houve melhora substancial na qualidade dos serviços prestados, pois os contratos atuais

contemplam equipamentos, veículos, brigadistas e mão de obra mais capacitada”, diz a SMA.

Vigilantes entrevistados pela reportagem, porém, disseram que não recebem treinamento

nem equipamentos específicos para trabalhar na mata. “Essas fardas a gente comprou com o próprio dinheiro”, contou um deles, no Parque Estadual da Serra do Mar. **/HERTON ESCOBAR**

QUER UMA

FAÇA.

CARREIRA CHEIA DE POSSIBILIDADES?

Engenheiros de produção são profissionais completos. Unem conhecimentos de exatas e humanas e enxergam todo o processo. Podem trabalhar em qualquer tipo de empresa.

FAÇA ENGENHARIA DE PRODUÇÃO NA ESEG.

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO ESEG 1º LUGAR NA GRANDE SÃO PAULO ESCOLAS PARTICULARES 1980-2012

PROVA: 09/11/2013 FAÇA SUA INSCRIÇÃO E CONHEÇA MAIS: WWW.ESEG.EDU.BR/VESTIBULAR

ESEG - RUA VERGUEIRO, 1.951 (METRÔ ANA ROSA)

ESEG

Ambientalistas veem aparelhamento político

• Técnicos foram trocados por líderes de partido; presidente de fundação diz que prefere 'gestor que saiba administrar'

• O descontentamento da comunidade ambientalista com a atual gestão da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) é crescente. Fontes do próprio governo e da sociedade civil acusam o secretário Bruno Covas (PSDB) de promover um aparelhamento generalizado do sistema, com a substituição de funcionários técnicos por indicações políticas e enfraquecimento dos mecanismos de controle e monitoramento.

Vários técnicos de carreira,

com grande experiência na área, foram demitidos ou afastados. Os gestores de quase todas as unidades de conservação foram trocados (alguns deles várias vezes) e, em diversos casos, substituídos por técnicos de pouca experiência ou por pessoas sem qualificação na área.

“A impressão é que a secretaria foi transformada em um comitê eleitoral”, diz o presidente da Fundação SOS Mata Atlânti-

• **Recursos humanos** 40 cargos comissionados foram criados na FF em 2012, incluindo 26 para chefes de UCs e 14, para assessores. O total, com isso, chegou a 105, enquanto que o de cargos concursados ficou em 408.

ca, Mario Mantovani.

A secretaria disse que a afirmação causa “profunda estranheza”, e rebateu as críticas por escrito dizendo: “É possível que, com a mudança de alguns gestores, interesses tenham sido feridos e, desse modo, sim, desfeito um ‘comitê’ dirigido a interesses de grupos minoritários ou de pessoas”.

O gestor indicado pela SMA para o Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, por exemplo, é o dentista Carlos Scandiuzzi, um político regional ligado ao PSDB. O gestor do Parque Estadual de Campos do Jordão e gerente regional para o Vale do Paraíba é o publicitário Fabiano Vanone, candidato a deputado estadual pelo PSDB em 2006 e ex-presidente da Juventude do

onde já foi duas vezes candidato a prefeito e uma a vereador.

“São todos cargos de confiança e que atendem aos requisitos que a gente entende necessários de conhecimento técnico e de confiança”, justificou Covas, em entrevista ao **Estado**.

No caso mais recente, o engenheiro florestal João Paulo Villani, que cuidava havia 25 anos do núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, foi afastado do cargo na terça-feira. No lugar dele entrou o analista de sistemas Valdir Martimiano Dias, que dois meses antes havia sido nomeado para gerir simultaneamente três Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e o Monumento Natural da Pedra do Baú. Dias foi candidato a vereador de São José dos Campos pelo PSDB em 2000.

“Prefiro muito mais um gestor que entenda de administração do que um técnico”, disse o

partido em Taubaté, na região do parque. O gestor do Parque Estadual da Ilha Anchieta, Luiz Bitetti da Silva, é um advogado criminal da cidade de Cruzeiro,

diretor da Fundação Florestal (FF), Olavo Reino Francisco, argumentando que é mais fácil dar suporte técnico a um administrador do que ensinar um técnico a administrar. “Há unidades de conservação onde não adianta nada colocar um técnico.”

O cenário se reflete na própria cúpula da SMA, que é toda formada por advogados – incluindo Covas. Na FF, Francisco é delegado de polícia e, abaixo dele, o diretor para o Litoral Sul e região do Paranapanema, Cesaltino Silva Júnior, é advogado e corretor de imóveis.

“Esse aparelhamento político é o que mais preocupa”, diz o ambientalista Beto Francine, membro do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e candidato a vereador pelo PV em Ubatuba, em 2012. “Enquanto isso, as unidades de conservação estão jogadas às traças.” **/H.E.**

pesquisador relata até roubo de equipamento

A redução do número de vigilantes preocupa também a comunidade científica. Vários pesquisadores que utilizam as unidades de conservação (UCs) para estudo tiveram projetos prejudicados e até equipamentos roubados nos últimos dois anos.

“Já tivemos a experiência de deixar uma área delimitada para pesquisa e alguém entrar lá e cortar uma árvore que estava sendo estudada”, conta a ecóloga Simone Aparecida Vieira, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) da Unicamp e membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). “Se com os vigilantes já era difícil, imagine sem eles”, afirma Simone. “A polícia ambiental e as imagens de satélite são importantes, mas você precisa ter alguém andando nas trilhas constantemente.”

O pesquisador Carlos Joly, também professor da Unicamp e diretor do programa Biota Fapesp, diz que o novo esquema de segurança da SMA “não está funcionando” e já levou essa preocupação diretamente às cúpulas da secretaria e da Fundação Florestal, pedindo soluções “urgentíssimas” para o problema. “Ações de caçador, de palmiteiro, não são visíveis do espaço. Satélite não faz a nossa segurança”, afirma.

Joly reclama também da troca constante de gestores e da falta de qualificação daqueles que são selecionados para os cargos. “Estão colocando pessoas com pouquíssima experiência, sem currículo na área de conservação e gestão ambiental”, diz. “Muitos têm dificuldade até para entender a necessidade dos pesquisadores.”

“As unidades estão abandonadas. Entra e sai quem quiser, a hora que quiser, levando bromélia, palmito, madeira, passariño”, diz uma fonte ligada à secretaria. **/H.E. e GIOVANA GIRARDI**